

MUNICÍPIO DE CAVALEIROS

## 1. Introdução

Nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia.

Tais informações destinam-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a consulta por parte de entidades externas. Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º2 do artigo 27.º da Lei n.º75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

Posteriormente, o município remeterá à DGAL e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico.

O relatório de 2014 mantém a mesma estrutura dos elaborados anteriormente, o que permite não só uma leitura fácil dos dados, mas também proporciona a quem o lê uma análise comparativa com os anos anteriores.

Refira-se que o Município não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º75.º do regime financeiro das autarquias locais.

Após o termo do exercício não se denotou qualquer facto relevante que possa vir a afetar as contas do Município.

## 2. Análise Orçamental

### 2.1. Saldo de Gerência



A execução do Orçamento da Receita e do Orçamento da Despesa em 2014, conjugada com o saldo da gerência do ano de 2013, originou um saldo, orçamental, para a gerência seguinte (2015) de 13.563,30€, conforme consta de quadro infra.

Quadro 1: Resumo da Execução

Saldo da gerência anterior (2013)	10.836,44 €
Receita cobrada na gerência	15.916.604,49€
TOTAL	15.927.440,93 €
Despesas pagas na gerência	15.913.877,63€
Saldo que transita para a gerência seguinte (2015)	13.563,30 €

## 2.2. Execução Orçamental

A evolução anual da execução orçamental por natureza, pode ser observada no quadro seguinte: 3

Quadro 2: Evolução das Receitas e das Despesas

	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	11.509.452,46	11.198.579,15	12.041.604,93	13.314.322,00	14.530.216,37
Despesas Correntes	10.743.273,43	11.124.328,72	12.302.295,56	11.510.432,87	12.086.137,28
Receitas de Capital	6.280.277,75	6.790.995,80	7.478.587,76	3.426.684,96	1.352.040,86
Despesas de Capital	7.054.275,01	6.885.229,66	7.162.652,90	5.695.274,94	3.827.740,35
Total Receitas	17.789.730,21	17.989.574,95	19.520.192,69	16.741.006,96	15.882.257,23
Total Despesas	17.797.548,44	18.009.558,38	19.464.948,46	17.205.707,81	15.913.877,63
	2010	2011	2012	2013	2014
Poupança Corrente	766.179,03	74.250,43	-260.690,63	1.803.889,13	2.444.079,09

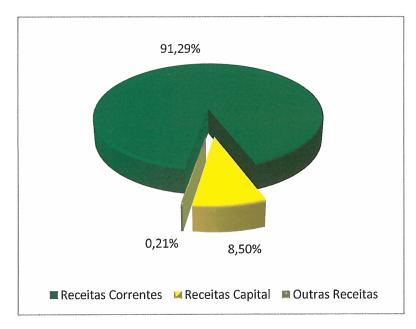
Em comparação com anos anteriores, no ano de 2014, registou-se um acentuado aumento das receitas correntes, devido sobretudo ao aumento da percentagem da natureza corrente de receita do Fundo de Equilíbrio Financeiro. As receitas de capital, decrescem por via da razão referida anteriormente, também devido, ao referido em anos anteriores, ao final do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) 2007-2013.



Em 2014, o peso de cada componente, nas receitas, foi o que se pode observar no gráfico seguinte:

M

Gráfico 1: Receitas 2014



Verifica-se que as receitas correntes representam 91,29% das receitas totais, e as receitas de capital 8,50%.

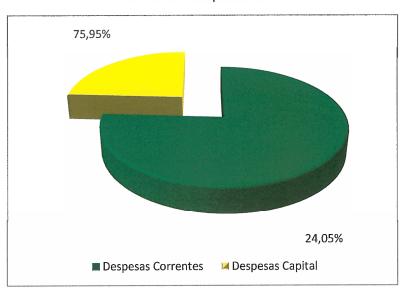


Gráfico 2: Despesas 2014

Em relação às despesas totais, as despesas correntes e as despesas de capital, tiveram um peso de 75,95% e 24,05%, respetivamente.

## 2.3. Equilíbrio Orçamental Corrente

A poupança corrente, prevista no ponto 3.1.1. do POCAL, através do princípio do equilíbrio orçamental, em que o orçamento deve prever todos os recursos necessários para cobrir as despesas e que as despesas correntes devem ser iguais ou inferiores as receitas correntes, quando positiva, representa os montantes correntes que foram libertados, para pagamento de despesas de investimento.

Em 2014, e conforme quadro 3, verificou-se a existência de uma poupança corrente de 2.444.079,09€.

Quadro 3: Evolução da Poupança Corrente

	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas Correntes	11.509.452,46	11.198.579,15	12.041.604,93	13.314.322,00	14.530.216,37
Despesas Correntes	10.743.273,43	11.124.328,72	12.302.295,56	11.510.432,87	12.086.137,28
Poupança Corrente	766.179,03	74.250,43	-260.690,63	1.803.889,13	2.444.079,09

Nos gráficos 3 e 4, pode-se observar a evolução da relação entre as receitas e despesas correntes e as receitas e despesas de capital, no período 2010 a 2014.

Milhões 16€ 14€ 12€ 10€ 8€ 6€ 4€ 2€ 0€ 2010 2011 2012 2013 2014 ■Receitas Correntes ■Despesas Correntes

Gráfico 3: Evolução das Receitas e Despesas Correntes

Milhões 8 € ⊤ 7€ 6€ 5€ 4€ 3€ 2€ 1€ 0€ 2011 2012 2013 2014 2010 ■Despesas de Capital ■ Receitas de Capital

Gráfico 4: Evolução das Receitas e Despesas Capital

## 2.4. Estrutura e Análise da Receita

As receitas correntes obtiveram uma taxa de execução global, face aos montantes orçados de 97,82%, verificando-se um desvio percentual, face aos valores orçados, de 2,18%.

As transferências correntes, os rendimentos de propriedade e os impostos diretos, contribuem com um peso de 60,78%, 12,54% e 12,27%, respetivamente, para o total das receitas correntes.

Em termos absolutos o desvio foi de 324.301,63€.

Quadro 4: Receitas Correntes

	<b>Orçado</b>	Executado	Execução
Impostos Directos	1.816.705,47	1.783.415,45	98,17%
Impostos Indirectos	25.340,62	9.221,17	36,39%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	939.583,27	872.414,42	92,85%
Rendimentos da Propriedade	1.965.200,00	1.821.838,23	92,70%
Transferências Correntes	8.882.811,12	8.831.499,99	99,42%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.121.877,52	1.081.821,54	96,43%
Outras Receitas Correntes	103.000,00	130.005,57	126,22%
Total	14.854.518,00	14.530.216,37	97,82%

Quadro 5: Receitas Capital

		Orçado	Executado	Execução
Venda de Bens de Investimento		252.000,00	34.498,75	13,69%
Transferencias de Capital		2.198.877,70	1.317.542,11	59,92%
Outras Receitas de Capital		25.000,00	0,00	0,00%
	Total	2.475.877,70	1.352.040,86	54,61%

As receitas de capital, registaram uma execução global de 54,61%.

As transferências de capital, provenientes principalmente do Orçamento de Estado e dos contratos de cofinanciamento para investimentos no âmbito do QREN, têm um peso relativo de 97,45%, nas receitas de capital.

Por conta de projetos cofinanciados, e integralmente pagos, o Município tem ainda a receber, no âmbito do QREN, cerca de 500.000,00€

Nos últimos 5 anos as fontes de investimento, por grandes grupos, registou a seguinte evolução.

Quadro 6: Evolução das Receitas

	3(0)/k0)	ત્ર()મું મ	<b>20</b> 12	2053	À0144
Transferência de Capital	4.716.160,49	5.556.891,69	6.227.299,61	2.252.040,75	1.317.542,11
Transferência Correntes	7.110.296,24	6.891.798,10	7.137.514,70	8.210.137,21	8.831.499,99
Receitas Próprias da Câmara	4.584.479,51	4.380.885,16	5.035.378,38	5.587.767,14	5.767.562,39
Passivos Financeiros	1.378.793,97	1.160.000,00	1.120.000,00	1.100.000,00	0,00
Receitas Totais	17.789.730,21	17.989.574,95	19.520.192,69	17.149.945,10	15.916.604,49
Peso das Receitas Próprias %	25,77%	24,35%	25,80%	32,58%	36,24%
Peso do Endividamento %	7,75%	6,45%	5,74%	6,41%	0,00%

Verifica-se novamente um aumento das receitas próprias, registando no final do ano um peso de 36,24%, em relação as receitas totais.

O aumento de cerca 4pp deveu-se, ao aumento das receitas próprias, e também à variação negativa ocorridas nas transferências obtidas.

A variação em valor das receitas próprias, é justificada substancialmente, pelo recebimento das rendas de concessão das infraestruturas de água em alta

Em termos evolutivos de valor, no período de 2010 a 2014, as receitas próprias registam o seguinte comportamento:



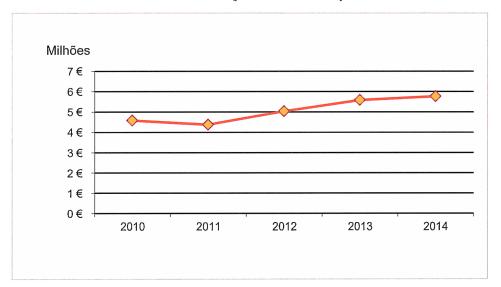


Gráfico 5: Evolução Receitas Próprias

## 2.5. Estrutura e Análise da Despesa

Quadro 7: Estrutura das Despesas Correntes

		Orçado	Executado	Execução
Despesas com o Pessoal		4.715.119,70	4.638.503,88	98,38%
Aquisição de Bens e Serviços		6.683.689,12	6.325.027,27	94,63%
Juros e outros encargos		93.316,38	61.315,38	65,71%
Transferencias Correntes		1.086.894,34	942.035,18	86,67%
Subsidios		61.373,16	41.198,14	67,13%
Outras despesas correntes		86.250,00	78.057,43	90,50%
	Total	12.726.642,70	12.086.137,28	94,97%

O peso das despesas com pessoal, em comparação com o ano anterior, diminuiu cerca de 2%, tendo um peso relativo em 2014 de 37,05%.

No âmbito da cooperação existente entre o Município e as outras instituições do concelho, concretizada através contratos-programa e/ou acordos de cooperação, para efetivação de várias atividades, em 2014, foi transferido o valor de 942.035,18€, verificando-se uma taxa de execução de 86,67.

Os juros e outros encargos registam um peso em relação as despesas correntes de 0,73%.

As despesas de capital registam uma taxa de execução global de 83,13%, verificando-se um aumento de cerca 10pp, em relação ao ano anterior.

Durante o ano de 2014, com uma taxa de execução de 100%, a rubrica de passivos financeiros, permitiu amortizar endividamento de médio e longo prazo no valor de 1.428.380,16€.

Quadro 8: Estrutura das Despesas Capital

	Orçado	Executado	Execução
Aquisição de Bens de Capital	2.343.291,90	1.605.750,17	68,53%
Transferencias de Capital	833.080,94	793.610,02	95,26%
Passivos Financeiros	1.428.380,16	1.428.380,16	100,00%
Total Despesas	4.604.753,00	3.827.740,35	83,13%

## 2.6. Rácios Orçamentais

Quadro 9: Rácios Orçamentais

Secretaria de la Recorda de la	2010	2011	2012	2013	2014
Rácios de Estrutura da Receita					
Receita Corrente/Receita Total	64,70%	62,25%	61,69%	77,63%	91,29%
Impostos Directos/Receita Total	7,54%	7,90%	8,76%	11,29%	11,20%
Rácios de Estrutura da Despesa					
Despesa de Capital/Despesa Total	39,64%	38,23%	36,80%	33,10%	24,05%
Transferencias de Capital/Despesa Total	5,03%	3,06%	1,06%	5,36%	4,99%
Despesas de Pessoal/Despesa Total	30,04%	28,79%	23,14%	27,74%	29,15%
Aquis. Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	20,00%	22,26%	30,23%	29,77%	39,75%
Serviço da Dívida/Despesa Total	17,04%	16,76%	14,88%	10,61%	9,36%
Rácios de Financiamento da Despesa					
Despesas de Pessoal/Receita Total	30,05%	28,82%	23,08%	27,83%	29,14%
Despesa Corrente/Receita Corrente	93,34%	99,34%	102,16%	86,45%	83,18%
Aquis. Bens e Serviços Correntes/Receita Corrente	30,93%	35,79%	48,86%	38,48%	43,53%
Despesa Capital/Receita Capital	112,32%	101,39%	95,78%	166,20%	283,11%

Dos rácios orçamentais, observados no quadro seguinte, constata-se que a receita corrente representou 91,29% da receita total.

A despesa corrente financiou-se com 83,18% da receita corrente, libertando verbas para despesas de capital, aumentando, como já referido, a poupança corrente.

O serviço da dívida, composto pelos encargos com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo e os juros, representa 9,36% das despesas totais, registando uma diminuição para cerca de metade em relação a 2010.

Os impostos diretos, que representam o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, e o Imposto Único de Circulação, representam 11,20% da receita total, diminuindo em relação ao ano anterior.

# 2.7. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

Quadro 10: Previsão Final das GOP's

loj. Pre	og. Descrição	Sub-Total	%	Total	%
1.	Funções Gerais				
1.1	.0. Serviços gerais da administração pública				
1.1	.1. Administração geral	159.260,22	3,0%		
1.2	2.0. Segurança e ordem pública				
1.2	2.1. Protecção civil e luta contra incêndios	202.436,68	3,8%	361.696,90	6,9%
2.	Funções Sociais				
2.1	.0. Educação				
2.1	.1. Ensino não superior	655.696,12	12,4%		
2.3	3.0. Segurança e acção sociais				
2.3	3.2. Acção social	138.545,34	2,6%		
2.4	I.0. Habitação e serviços colectivos	1		1	
2.4	I.2. Ordenamento do território	311.512,43	5,9%		
2.4	I.3. Saneamento	119.047,14	2,3%		
2.4	.4. Abastecimento de água	49.053,39	0,9%		
2.4	I.5. Resíduos sólidos				
2.4	I.6. Protecção meio ambiente e conservação natureza	60.000,00	1,1%		
2.5	5.0. Serviços culturais, recreativos e religiosos				
2.5	i.1. Cultura	257.576,71	4,9%		
2.5	5.2. Desporto, recreio e lazer	309.701,00	5,9%		
2.5	i.3. Outras actividades cívicas e religiosas	82.750,00	1,6%	1.983.882,13	37,69
3.	Funções Económicas				
3.2	2.0. Indústria e energia	335.197,06	6,4%		
3.3	3.0. Transportes e comunicações				
3.3	I.1. Transportes rodoviários	1.380.434,93	26,2%		
3.4	LO. Comércio e turismo				
3.4	.1. Mercados e feiras	345.553,20	6,5%		
3.4	.2. Turismo	323.874,25	6,1%		
3.5	i.0. Outras funções económicas	25.830,00	0,5%	2.410.889,44	45,79
4.	Outras Funções				
	3.0. Diversas não especificadas	520.016,08	9,9%	520.016,08	9,9%
	TOTAL GERAL	5.276.484,55	100%	5.276.484,55	100%

As Grandes Opções do Plano tiveram uma dotação corrigida final, para 2014, de 5.276.484,55€, distribuída pelas Funções previstas no POCAL.

O Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal, registaram em 2014, taxas de execução de 68,53% e 91,55%.

Em termos globais, decorrente da agregação dos dois Plano referidos, as Grandes Opções do Plano, registaram uma taxa de execução de 81,33%.

A taxa de execução global é consonante com as taxas de execução registadas nos Orçamentos da Receita e da Despesa.

Em termos de valor, o montante pago, de rubricas previstas nas Grandes Opções do Plano, foi de 4.291.231,09€

Quadro 11: Resumo dos Pagamentos das GOP's

ολέj.	Prop.	ið le Gelik Çako	PPI	PAM	GOP's	%
1.		Funções Gerais	64.923,21	228.975,22	293.898,43	6,85%
	1,1.0.	Serviços gerais da administração pública	64.923,21	51.538,54	116.461,75	2,7%
	1.1.1.	Administração geral	64.923,21	51.538,54	116.461,75	2,7%
	1.2.0.	Segurança e ordem pública	0,00	177.436,68	177.436,68	4,1%
	1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	177.436,68	177.436,68	4,1%
2.		Funções Sociais	270.119,10	1.181.034,35	1.451.153,45	33,82%
	2.1.0.	Educação	0,00	598.898,49	598.898,49	14,0%
	2.1.1.	Ensino não superior	0,00	598.898,49	598.898,49	14,0%
	2.3.0.	Segurança e acção sociais	849,79	70.945,83	71.795,62	1,7%
	2.3.2.	Acção social	849,79	70.945,83	71.795,62	1,7%
	2.4.0.	Habitação e serviços colectivos	267.671,31	126.418,25	394.089,56	9,2%
	2.4.2.	Ordenamento do território	217.524,69	66.418,25	283.942,94	6,6%
	2.4.3.	Saneamento	18.168,07	0,00	18.168,07	0,4%
	2.4.4.	Abastecimento de água	31.978,55	0,00	31.978,55	0,7%
	2.4.5.	Resíduos sólidos	0,00	0,00	0,00	0,0%
	2.4.6.	Protecção meio ambiente e conservação natureza	0,00	60.000,00	60.000,00	1,4%
	2.5.0.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.598,00	384.771,78	386.369,78	9,0%
	2.5.1.	Cultura	0,00	215.819,28	215.819,28	5,0%
	2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1.598,00	92.452,50	94.050,50	2,2%
	2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	76.500,00	76.500,00	1,8%
3.		Funções Económicas	1.270.707,86	755.823,65	2.026.531,51	47,22%
	3.1.0.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,0%
	3.2.0.	Indústria e energia	195.195,24	0,00	195.195,24	4,5%
	3.3.0.	Transportes e comunicações	844.638,37	403.500,00	1.248.138,37	29,1%
	3.3.1.	Transportes rodoviários	844.638,37	403.500,00	1.248.138,37	29,1%
	3.4.0.	Comércio e turismo	230.874,25	352.323,65	583.197,90	13,6%
	3.4.1.	Mercados e feiras	0,00	314.823,65	314.823,65	7,3%
	3.4.2.	Turismo	230.874,25	37.500,00	268.374,25	6,3%
	3.5.0.	Outras funções económicas	0,00	0,00	0,00	0,0%
4.		Outras Funções	0,00	519.647,70	519.647,70	12,11%
	4.3.0.	Diversas não especificadas	0,00	519.647,70	519.647,70	12,1%
		TOTAL	1.605.750,17	2.685.480,92	4.291.231.09	100,0%

#### 3. Análise Financeira

# 3.1. Análise do Balanço



O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da autarquia em 31 de dezembro.

Quadro 12: Evolução do Balanço 2013-2014

Darlaman	2013		2014		Variação
Designação	Valor	Peso	Valor	Peso	%
Activo					
Imobilizado	57.339.133	94,64%	59.889.578	95,17%	4,45%
Circulante	4.144	0,01%	1.964	0,00%	-52,61%
Dívidas de terceiros	996.274	1,64%	887.639	1,41%	-10,90%
Disponibilidades	839.817	1,39%	743.096	1,18%	-11,52%
Acrescimos e diferimentos	1.405.696	2,32%	1.405.856	2,23%	0,01%
Total Activo Líquido	60.585.063	100%	62.928.133	100%	3,87%
Fundos Próprios e Passivo					
Património	24.409.773	78,10%	24.075.815	70,75%	-1,37%
Ajustamento em partes de capital	0	0,00%	99.072	0,29%	100,00%
Reservas	1.449.883	4,64%	1.674.866	4,92%	15,52%
Resultados transitados	5.080.676	16,26%	7.991.509	23,48%	57,29%
Resultados líquido do exercicio	313.224	1,00%	188.151	0,55%	-39,93%
Total Fundos Próprios	31.253.556	100%	34.029.411	100%	8,88%
Passivo					
Dívidas a terceiros - MLP	9.370.416	31,95%	7.942.036	27,48%	-15,24%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	10.725.634	36,57%	11.213.494	38,80%	4,55%
Acréscimos e diferimentos	9.235.457	31,49%	9.743.191	33,71%	5,50%
Total do Passivo	29.331.508	100%	28.898.721	100%	-1,48%

A 31 de dezembro de 2014 o ativo líquido total apresenta o valor de 62.928.133€, com uma variação positiva de 3,87% face ao mesmo período do ano anterior.

O imobilizado tem um acréscimo de 4,45%, apesar das amortizações do ano de 2014 terem atingido o montante de 1.170.898,80€.

Relativamente aos Fundos Próprios constata-se uma variação positiva de 8,88%, em comparação com 2013, devido essencialmente ao reajustamento do valor da participação do Município em partes de capital.

No que se refere ao passivo, mais concretamente ao passivo exigível a curto, médio e longo prazo, que representa os valores em dívida do município, verifica-se uma variação absoluta de -940.520€ e percentual de -4,68%, face ao ano anterior. Observa-se que as



dividas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo têm um peso de 38,80% e 27,48% respetivamente.

Os acréscimos e diferimentos, representam essencialmente, os cofinanciamentos recebidos nos últimos anos, e os proveitos inerentes serão reconhecidos à medida que os investimentos são amortizados.

## 3.2. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2014.

Quadro 13: Demonstração de Resultados

Designation	2013		2014	Variação	
Designação	Valor	%	Valor	%	%
Custos e Perdas					5
Fornecimentos e Serviços Externos	6.739.307	44,74%	7.381.275	48,97%	9,53%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.120.460	7,44%	802.002	5,32%	-28,42%
Custos com o Pessoal	4.775.150	31,70%	4.770.284	31,65%	-0,10%
Outros Custos e Perdas Operacionais	30.267	0,20%	40.752	0,27%	34,64%
Amortizações do Exercício	913.347	6,06%	1.170.899	7,77%	28,20%
Provisões do exercício	68.240	0,45%	76.769	0,51%	12,50%
Custos e Perdas Financeiras	183.231	1,22%	198.448	1,32%	8,30%
Custos e Perdas Extradordinárias	1.234.190	8,19%	631.749	4,19%	-48,81%
	15.064.192	100%	15.072.177	100%	0,05%
Proveitos e Ganhos					
Vendas e Prestação de Serviços	1.055.196	6,86%	1.062.294	6,96%	0,67%
Impostos e Taxas	2.669.810	17,36%	2.661.133	17,44%	-0,33%
Transferências e Subsídios Obtidos	10.019.113	65,15%	9.988.413	65,45%	-0,31%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.202.991	7,82%	1.216.700	7,97%	1,14%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	430.305	2,80%	331.788	2,17%	-22,89%
	15.377.416	100%	15.260.328	100%	-0,76%

no seu coniunto uma

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2014 apresentam, no seu conjunto uma variação de 0,05% em comparação com o ano anterior.

Os proveitos e ganhos reconhecidos no exercício de 2014, variam face ao ano anterior em -0,76%.

Quadro 14: Resumo do Resultado Líquido

	2013	2014
Resultados Operacionais (1)	97.348,84	-530.140,19
Resultados Financeiros (2)	1.019.759,99	1.018.251,86
Resultados Correntes (3) = 1 + 2	1.117.108,83	488.111,67
Resultados Extraordinários (4)	-803.884,48	-299.961,05
Resultado Líquido do Exercício (5) = 3 + 4	313.224,35	188.150,62

A diminuição do Resultado Líquido do Exercício apurado, em comparação com o ano anterior, conforme demonstração no quadro supra, deve-se sobretudo ao aumento das amortizações do exercício, que registaram uma variação de 28,20%.

O aumento das amortizações decorre do registo de imobilizado, saído das imobilizações em curso, na ordem dos 10.000.000€, conforme se pode verificar no mapa do Ativo Bruto.

Não obstante, o resultado líquido ter sido positivo, deve-se salientar que as especificidades da Administração Local, são diferenciadoras do sector empresarial, dado que o seu âmbito não é a obtenção de lucro mas sim a satisfação das necessidades coletivas.

#### 3.3. Indicadores Económico-Financeiros

Em termos gerais, os indicadores económico-financeiros apresentados no quadro infra, evidenciam a evolução positiva da situação patrimonial do Município.

Em 2014, os fatores preponderantes para a evolução referida, são a diminuição global do endividamento, e o aumento do imobilizado corpóreo.



Quadro 15: Indicadores

Indicadores	2013	2014
Estrutura do Activo		
Activo fixo / Activo total	94,64%	95,17%
Activo circulante / Activo total	5,35%	4,83%
Activo fixo / Activo circulante	1768,75%	1972,26%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo exigível	46,63%	41,46%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	53,37%	58,54%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	114,46%	141,19%
Analise do Activo Fixo		
Activo fixo / Endividamento a MLP	611,92%	754,08%
Amortizações exercício / variação imobilizado	-140,33%	45,91%
Analise do Passivo Exigível		
- coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos Próprios	0,64	0,56
- coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	0,34	0,33
- coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	0,30	0,23
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corporeo	0,51	0,38
Grau de Autonomia		
Fundos Próprios / Activo	51,59%	54,08%
Indice de Liquidez Imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	0,1	0,1
Indice de Solvencia		
Activo / Passivo exigível	3,0	3,3

### 3.4. Dívida total

Com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014 do Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deixaram de vigorar os limites de endividamento (líquido e de médio e longo prazo) previstos na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, passando a vigorar o previsto no artigo 52.º do RFALEI, ou seja, o limite da dívida total.

Refere o n.º1 do artigo 52.º que "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de



dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores."

Assim, o limite da dívida total para 2014 é o seguinte:

Quadro 16: Limite dívida total

	2011	2012	2013	Média	Limite = 1,5 * média
Receita corrente Iíquida cobrada	11.198.579	12.041.605	13.314.322	12.184.835	18.277.253

A dívida total, individual, de operações orçamentais do Município a 31 de dezembro é de 18.425.997,95€.

À dívida referida terá que se juntar as contribuições das entidades previstas no artigo 54.º do RFALEI, nomeadamente a da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, que é a entidade mais relevante para o efeito, e que já comunicou o valor de 958.246,79€, considerando a contribuição/participação do Município de 26%.

Assim, e nos termos referidos, a dívida total a 31 de dezembro, sem prejuízo de comunicações posteriores de outras entidades, é de 19.384.244,74€.

Como se verifica um excesso, face ao limite, de 1.106.991,74€, está o Município obrigado a diminuir a 31 de dezembro de 2015, pelo menos 10%, ou seja, 110.699,17€, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º do RFALEI.

### 3.5. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do POCAL, o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em reforço do Património e/ou constituição ou reforço de Reservas Legais, sendo que nos termos do nº 2.7.3.5, também do POCAL, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Nestes termos propõe-se que o Resultado Líquido de 188.150,62€ apurado no exercício de 2014 tenha a seguinte aplicação:

- Reservas Legais 9.407,53€;
- Resultado Transitados 178.743,09€.



## 4. Estrutura de Pessoal

À data de 31 de dezembro de 2014 o pessoal ao serviço no Município por tipo de vínculo e carreira/categoria profissional era o seguinte.

Quadro 17: Estrutura de Pessoal

Data de referência para os dados: 31 de Dezembro de 2014

	PESSOAL AO SERVIÇO NOS MUNICÍPIOS POR GRUPO PROFISSIONAL									
	Dirigente				Encarregado Operacional	Assistente	Fiscal	Especialista de Informática	Técnico de Informática	Total
Trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas	5	36	8	35	2	142	3	2	2	235
Trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo incerto		23	0	0	0	0	0	0	0	23
Trabalhadores com contrato de trabalho a termo resolutivo certo - Programa vida emprego		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal requisitado, destacado ou em Comissão de serviço, de outras entidades, a exercer funções no município	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Programa de Estágios Profissionais na Administração Local		0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	5	63	8	35	2	142	3	2	2	262